

AS REALEZAS EM HOMERO: GÉRAS E TIMÉ

Prof. Neyde Theml - UFRJ / LHIA

As realezas narradas nos poemas homéricos, com suas instituições, símbolos de poder e ideologias, possuem três dimensões: poética, fictícia e histórica. Esta divisão é puramente formal, pois de uma certa maneira as dimensões poética e fictícia são históricas, no sentido de que o real e o imaginário se entrelaçam formando representações da realidade que, na maior parte dos casos, são compreendidas por aqueles que ouviram os poemas. A dimensão histórica dos poemas, nesta tripartição formal, pode ser compreendida através de uma análise crítica: da significação, da função e das representações da poesia numa "sociedade de comunicação oral". A poesia, neste caso, preserva, bem ou mal, o passado da sociedade. Numa "sociedade de comunicação oral", a palavra do *aedo* é o passado, o presente e o futuro. A palavra incorpora a verdade; aquilo que é dito materializa-se; as palavras passam a representar concretamente as coisas, compondo as referências existenciais básicas para se viver em sociedade.

Os poemas homéricos, ainda em sua dimensão histórica, inserem-se no conjunto de fenômenos de mudança da sociedade durante o VIII século a.C., quando a expressão da língua e da fala tiveram como resultado inovador a forma épica. Mas os poemas, na forma que iremos trabalhar, representam documentos ricos, em que o aparecimento histórico do épico significa exclusivamente mais um dado. Como historiadores procuramos, mediante uma nova abordagem aos textos, respostas para questões pendentes da História da Antigüidade grega. Se analisarmos e compararmos os textos de Homero nos níveis: do contexto social em que foram elaborados, do contexto dos acontecimentos narrados no interior dos textos, do sentido e interpretação dos poemas pelos antigos gregos, e fizermos uma comparação formal com documentos de natureza diferente da poética, verificamos que o historiador ainda poderá encontrar novos objetos de pesquisa.

Propomo-nos a reler Homero com o objetivo de construir modelos históricos de realza e perceber as relações de honra e privilégio. Não iremos aqui discutir a questão da veracidade dos poemas ou o grau de certeza que eles poderão fornecer ao historiador. Parece-me que qual-

quer que seja a natureza do documento sobre o qual o historiador irá trabalhar, será sempre ele que, através de seu questionamento e do método, dará sentido ao documento. O documento em si, não é nem o acontecimento em sua existência empírica e nem o fato histórico, que é exclusivamente construção formal do historiador. De outro lado, o poeta, o artesão, o pintor, fazem parte de uma sociedade determinada – eles não estão obrigados a expressar a verdade, mas vivem numa sociedade localizável no tempo e no espaço, portanto suas criações, por mais livres e criativas que sejam, estão ligadas às variáveis do seu tempo cultural. Os artistas, como as demais pessoas, observam, entendem e compreendem sua época. Criam imagens e através delas agem socialmente. Eles deixam aparecer as contestações e as aspirações sociais. Na elaboração de sua obra eles criam algo, que no fundo representaria uma síntese dos movimentos sociais de seu tempo. Pressupomos que a criação artística é ao mesmo tempo resultado e motor da dinâmica social. Se entendemos que a sociedade é o conjunto de relações estruturais, cada objeto, cada desenho, cada poema tem uma significação histórica pelas relações que estabelecem com o conjunto, e são estas relações que procuramos ao construirmos modelos de realezas.

A *Ilíada* e a *Odisseia* nos possibilitaram construir três modelos de realeza: Realeza Imaginária, Realeza Micênica-Palaciana e Realeza Heróica Guerreira. Chamamos de realeza imaginária ao modelo em que os conjuntos discursivos dos poemas, que se referem à realeza, não podem ser comprovados por outros documentos. Realeza Micênica ao modelo em que os conjuntos discursivos dos poemas, que se referem à realeza, podem ser confirmados através dos *Tabletes em Linear B*, da arqueologia e da historiografia. Realeza Heróica Guerreira ao modelo em que os conjuntos discursivos dos poemas se referem ao passado da sociedade grega do VIII século a.C., podendo ser comprovados por documentos arqueológicos, míticos, historiográficos e documentos escritos de natureza diversa.

Estes modelos poderão ser construídos à medida que nos poemas configuram-se conjuntos de permanência, no que toca a valores, símbolos, instituições e ideologias. Para este trabalho estabelecemos cortes temporais: Micênico – século XIII/VIII a. C., Heróico – XIII/VIII séculos a. C., e Imaginário – tempo da narração, da sucessão dos acontecimentos dos textos. No que concerne ao tempo da Realeza Imaginária admitimos que a narrativa sobrepõe três tempos convergentes: um tempo passado longínquo – de uma sociedade palaciana — um tempo passado –

heróico – da guerra de Tróia; e um tempo presente – do enunciado –, a fúria de Aquiles, combates e contestações entre os heróis. No que toca ao Modelo teórico construímos quadros que representam um conjunto de elementos interligados, interdependentes e complementares, que chamamos de Sistema Político Ideológico.

Realeza Heróica Guerreira – Ilíada

Elementos do Sistema	Processo da Estrutura Permanência/ ou Mudança
Poder	Anax / Basileus (Rei)
Instituições	Conselho de Anciãos Assembléia / Guerreira e Cívica
Classe dominante	Aristocracia territorial -criadores Guerreira - Basiléia - de planície
Exército	cavaleiros (cavalo / carro)
Unidade social de relações políticas	Phylai Palaciana
Ordem Social	Géras / Timé
Obediência civil	Palavra mágico religiosa / Mito
Tipo ideal	herói guerreiro
Símbolo do Poder	cetro
Virtude	forte, belo, rico, justo

Destes elementos do Sistema Político-Ideológico estudaremos a questão do **géras** do Anax. A Sociedade aristocrática guerreira descrita na Ilíada nos leva a verificar que os termos empregados tornam-se mais claros se observarmos: a narrativa, o personagem e a situação. Assim encontramos dois substantivos que se relacionam com o exercício do poder político: *Anax* e *Basileus*, e dois verbos (*αναασσειν*) governar soberanamente e (*βασιλευειν*) reinar. Das diversas situações da Ilíada e mesmo da Odisséia deduzimos que Anax é o termo mais forte do poder.

Mesmo para com os deuses, Homero dirá que Zeus reina soberanamente, entre os Deuses, é Anax, jamais foi chamado de Basileus. (IL. III 51). Agamemnon recebe vários epítetos mas o de Anax o faz Rei dos Reis dos Aqueus. Existe para aqueles que são chamados de Anax um atributo comum, que possibilita definir a formação de uma hierarquia social, o direito a determinados tipos de *gêras*, alguns privilégios que distinguem o Rei, a honra e vantagens materiais. *Gêras* designa, na maior parte do texto da *Iliada*, privilégios concretos como: a parte de escolha sobre o botim; nos banquetes o pedaço especial da carne, taças de vinho sempre cheias; um *témenos*, presentes, direitos e prerrogativas políticas – o direito de falar, agir e decidir.

Na *Iliada* (IV, 323), Nestor diz: “Apesar disso (ser velho) estarei sempre junto dos meus cavaleiros (condutores de carros) com meus conselhos, e minha voz (como o mel) que é sempre *gêras* (privilégio-ofício) dos velhos”. Com este sentido de prerrogativa política encontramos: IL. I, 135; 161; 276; XVI, 54; XVIII, 444. Nestas mesmas citações, *gêras* é acompanhado da expressão “*gêras* (privilégio) que o *dêmos* lhe dera”. O que nos leva a crer que o *gêras* tem a sua existência no *dêmos*, mas o Rei por concessão do próprio *dêmos* ou *laós* acumula todos os tipos de *gêras*. Mais tarde em Heródoto, referindo-se aos Reis de Esparta (VI, 56) diz “eis os *gêrea* que os espartanos deram a seus Reis”. O exercício do poder real é em Homero resultado de acumulações de *gêrea*, privilégios que distinguem o rei com seus direitos e deveres para com a comunidade global. Os *γέρεα* reais, na *Iliada*, são de 4 tipos: a parte de honra (*timé*) sobre o botim, práticas especiais nos banquetes, um *témenos*, presentes (dons e contra-dons) e direitos especiais.

1 - A parte de honra (*timé*) sobre o botim

Tudo que um guerreiro pode receber, de um amigo ou mesmo de um inimigo, são considerados presentes, sem restrições. Mas em relação à pilhagem, ao saque de uma “cidade” derrotada, todo o botim é colocado em comum para ser partilhado. Antes da partilha propriamente dita, as partes de honra e o *gêras* são atribuídos ao Anax, em certos casos a anciãos e heróis de mérito. A parte de honra (*timé*) é considerada como um presente de Rei e do *dêmos* (IL. IX. 334, 367, 368, II, I, 123, 135, 161, 276, XVI 56, XVIII 444). A partilha do botim dá lugar a uma reunião da Assembléia. “Os Reis e os anciãos que têm voz no conselho” propõem publicamente oferecer ao Rei tal ou tal parte de escolha por sua

timé, e solenemente tal ou tal parte a tal herói. A assembléia aprova com murmúrios ou entusiasmo e o Rei decide. Em seguida o Rei divide o restante do botim em lotes iguais e cada um tira na sorte o que lhe cabe. O Rei tem uma posição excepcional – ele escolhe sua parte, ele é quem decide e distribui os privilégios (γέρεα).

Quando Agamemnon pede novo géras que compense a perda de Criseida, Aquiles, em nome de todo o exército, recusa que todos repousem suas partes em comum para uma nova partilha (IL. I. 126). Agamemnon nada pode fazer, pois a parte obtida por sorteio é plena de cada um. É por esta razão que se dispõe a reaver o seu géras, de qualquer um dos guerreiros, considerado herói de mérito. Por seu lado Aquiles renuncia, ou na verdade, não podia resistir à perda de Briseida. Antes de se retirar da Assembléia Aquiles faz o que pode. Adverte Agamemnon: “pela jovem meus braços não se moverão... tu me tomas... Mas de todo o resto tu não tocarás em nada. Tentes e o sangue negro deslizará sobre o meu dardo” (IL. I. 303). Aquiles distingue claramente os bens que lhe pertencem plenamente e que está pronto a defender com as armas e o géras de honra, concessão que Agamemnon e os Aqueus podem retomar da mesma forma que lhe presentearam. É preciso ver que a distinção do géras toca muito mais à timé que ao patrimônio do herói. Para Agamemnon e para Aquiles a questão Criseida/Briseida está no status que cada um ocupa. Se a timé de Agamemnon fora assegurada para que ele exercesse o poder de Anax entre os Aqueus, era preciso que Agamemnon e os Aqueus reconhecessem e distinguissem o lugar de Aquiles. Os personagens de Homero só têm existência enquanto membros de um grupo, e como tal preservam seus direitos ou deixam de viver. A relação social entre uma pessoa e outra se define por direitos e deveres; por atitudes e práticas de comportamento socialmente aprovadas. Estes direitos e deveres são condições necessárias de permanência da sociedade.

2 - Os Banquetes

Os aristocratas dos poemas passam grande parte de seu tempo se afirmando e se fazendo reconhecer para que continuem Anax, Basileus e Heróis. Nos banquetes temos oportunidade de observar novamente o significado do géras e as relações que estabelecem. Existem vários tipos de banquetes: o primeiro tipo é o éranos, refeições frugais, em que cada um leva a sua quota-parte; a seguir encontramos as refeições através de

convite, a que se deve retribuir; ainda observamos o tipo de refeições nupciais, e finalmente os banquetes funerais. Quando num destes banquetes acontece de o Rei oferecê-lo, ou que ele seja convidado ou que dele participe, o banquete neste caso toma um sentido político e público. Assim o banquete real tem um significado social mais amplo. Na IL. IV 259, 341; VIII 162, XIII, 310, 328; XVIII, 248 – o Rei quando convida os anciãos durante a noite após o banquete chega a uma decisão política. Neste tipo de banquete os convidados não estão obrigados a trazer a sua quota-parte e nem a retribuir o convite. Mas o componente de reciprocidade, que caracteriza esta sociedade, não está ausente em nenhum dos tipos de banquetes. A participação nos banquetes reais é uma atividade política, judiciária, religiosa e militar a serviço da comunidade. É comum na Ilíada ser considerado ofensivo avivar aos heróis que eles não têm o mérito de receber a taça de vinho para beber, no banquete, ao lado do Rei, ou que eles mostrem mais pressa em entrar num banquete que num combate. Anax e Basileus devem provar que merecem as distinções dos “lugares de honra”, do pedaço de carne especial (νῶτα) e das taças cheias de vinho com que o dêmos os honra (IL.II, 876, 877). As carnes e os vinhos servidos nos banquetes reais são apresentados como presentes do Rei e do dêmos/laós (IL.IX 70 / IL.VIII, 161, 162; XVII 250, – Rei / dêmos-laós).

Se as rendas reais vêm de um tēmenos concedido pelo dêmos ou laoi (λαοί) ao seu Rei e se os banquetes reais são presentes do Rei e do dêmos/laós logo podemos deduzir que existiria uma contribuição especial destinada às refeições públicas reais. Desta forma o dêmos participava da produção do banquete fornecendo vinho e provisões e reconhecendo o seu papel político. Os convidados que participavam das refeições se vêem reconhecidos pela comunidade que demarcava o seu lugar e seu mérito.

Nestes banquetes os convites referem-se a anciãos e chefes em suas barracas (IL. 402, 432; IX 68, 75). O poeta apresenta retribuições de convites (“κατὰ κλισία”), também cada um em sua barraca (IL. VII 464, 481; IL. VIII, 54). O Rei pode convidar um hóspede, ou um guerreiro ou qualquer pessoa, entre seu grupo de convidados (IL. X 204, 216, 217). Por outro lado o Rei pode excluir um convidado do banquete, o que significa uma desonra, uma ofensa grave.

Nos banquetes reais três gérea são regularmente enumerados: o lugar de honra, o pedaço de carne especial e as taças de vinho sempre

cheias. O Rei tem sempre o seu lugar de honra, e sentar ao lado do Rei é uma forma de determinar a **timé** do convidado. Entre as partes da carne (νῶτρα), “o filet alongado” constitui a parte do animal, que cabe normalmente ao Rei, mas ele pode oferecer a um hóspede ou guerreiro que queira honrar. (Od. IV 65, VIII, 475) (e na Ilíada VII, 321 quando Ajax acaba de se distinguir no combate).

Pelos banquetes vemos que os convidados, de um modo geral, não recebem taças, mas uma ração (δαίτρον) de vinho (IL. IV, 262); mas o Rei e alguns convidados especiais têm taças sempre cheias de vinho como **géras** do **status** que ocupam na sociedade (IL. IV 263, 346).

3 -Témenos

Témenos em Homero aparece com diversos sentidos. Encontramos, por exemplo, o significado de terras do santuário de uma divindade (IL. II, 696; VIII, 48; XXIII, 148; Od. VIII / 363). Mas o sentido mais freqüente é de um **géras** fundiário, dos Reis e de certos heróis, também denominados Basileus, Anax, Poimena laon. **Témenos** aparece como “muito grande”, situado perto da cidade e na parte mais fértil do território (IL. VI, 94; XX 184; IX, 578, 580; XII, 314; XVIII, 550). Há três passagens na Ilíada em que é oferecido um **témenos** como presente (dom) (II, VI, 194; IL.IX, 575.580 e XX, 14). 1º- Belerofonte recebe do Rei da Lícia, por seus feitos, a sua filha, a metade de todas as suas honras reais (τιμῆσ βασιλιδος) e os “Ílcios lhe oferecem um domínio superior”; 2º- os antigos etólios suplicam a Meleagro para defender seu país e o convidam a escolher um magnífico domínio (τέμενος) (περιχαλλέσ ελεσθαι); 3º- Aquiles pergunta a Enéias se ele espera que Príamo lhe conceda sua realeza (γέρας) ou se os troianos já lhe delimitaram um domínio superior a todos os outros. Nestes três casos **témenos** é um domínio novo, delimitado pelos anciãos no Conselho e pelo **dêmos** em Assembléia, para recompensar um feito e determinar um **status**. Nos demais casos (IL.XII, 310, 321; IL. VI, 193, 194; IL. XII 313, 314; IL. XVIII, 550; IL. XX 391; Od.VI. 293; XI 185; XVII 299) **témenos** é concebido como um dom (presente) do **dêmos** a seu Rei em troca de proteção. O **témenos** é o **géras** concedido ao Rei pelo **dêmos**. Jamais o Rei concede um **témenos** de seu próprio **témenos** e jamais sem a concessão do **dêmos**.

4 -Os presentes

Em cinco passagens da Odisséia vemos o Rei ou aristocratas obterem presentes como **gêras**, concedido pelo **dêmos**. Na Odisséia XIX, 195, o irmão de Idomeneu, em Creta, reúne do **dêmos** vinho, pão e madeira necessários para manter uma tropa numerosa (*δημόθεν... ἀγείρας*); Od. XIII 14, 15 – Alcino pede aos anciãos da Feácia para oferecerem, cada um, um tripé e um caldeirão a Ulisses, e acrescenta, “do **dêmos**, depois nas Assembléias, obteremos o equivalente ao que a um só fora excesso dar tantos presentes”. Na Odisséia II, 74, 78, na assembléia de Ítaca, Telêmaco declara que preferiria ver seus bens comidos pelo **dêmos** que pelos pretendentes, porque poderia reavê-los, obtendo um reembolso integral. Ainda na Odisséia XXIII, 357, 358, Ulisses explica a Penélope que ele reconstituirá seus rebanhos pela pilhagem e pelos presentes dos Aqueus. Odisséia. XXII, 55, 58, Eurímaco tenta obter de Ulisses a renúncia de sua vingança. Ele afirma que os pretendentes reembolsarão em ouro e bronze o equivalente do que eles devoraram. Em todos esses casos o presente visa a repor riquezas, não aumentá-las. Só na IL. IX, 154, 156, Agamemnon termina a lista de reparações e oferece a Aquiles sete cidades de homens ricos em carneiros, ricos em bois, que lhe honrarão como a um deus e sob seu cetro pagarão “gordos direitos” (**themistas**, dons e oferendas, no sentido de direitos e dons ao Rei e oferendas aos deuses). É certo que o exercício do poder real é uma fonte de riqueza, mas receber um **témenos**, uma parte especial do botim, presentes e direitos, fazem parte de um direito real, como uma das formas da prática de reciprocidade em sociedades tradicionais. As riquezas que advêm desses privilégios aparecem como mantenedoras da riqueza real porque ser rico é condição para se ser Rei e para cumprir com as obrigações reais.

Os Anax e Basileus homéricos, ao lado dos privilégios, possuem qualidades e direitos. As virtudes são nomeadas: coragem em combate, sabedoria nos conselhos, força, audácia, energia, astúcia, sensatez, beleza, glória, justiça e riqueza. Agamemnon é Rei dos Reis Aqueus, não por ser o mais bravo ou o mais inteligente ou por qualquer virtude. O perfil de Agamemnon, na Ilíada, não é do herói virtuoso, é o perfil do Rei. Homero faz uma separação entre o Rei e suas virtudes e defeitos. Os defeitos de Agamemnon são numerosos e visíveis. Os heróis da Ilíada conhecem as imperfeições de seus Reis e sugerem para cada uma delas

explicações religiosas, não porque a realeza seja divina, mas porque a ligação do Rei com os deuses o transforma em Herói, hierarquicamente acima dos homens comuns, mas mortal como todos os homens (IL.I, 38, 39; XIII, 727, 734; IV, 320; XIX 216, 219; XXIII 669, 671; XXIV 518-551). Agamemnon não é o mais bravo e nem o mais inteligente. Homero distribuiu estas virtudes entre os heróis sempre separadamente (IL.I 290, 291; IX 38,39; XIII 727, 734). Mas este Rei, por mais imperfeito que fosse, era obedecido. Podia ser criticado, podia haver discussões, mas tudo ficava sem efeito porque era reconhecido por sua *timé* e por seu *géras*, que confirmavam o seu lugar de Anax (IL.I 54, 9, 121, 129, 194, 215, 254, 284; II 236, 237, 270, 277; IL.i 174, 185; IL.IX 160, IX 69; II 203, 206; III 278, 279; II 196, 197; XVII 125). A sociedade homérica era hierarquizada através da *timé* e do *géras* que faziam dos *aristoi* e de seus reis um grupo social fechado e unido.

Documentação e Bibliografia

Documentação

HOMÈRE. *Iliade*. Paris: Belles Lettres, 1974 (4 vols.)

_____. *L'Odysse*. Paris: Belles Lettres, 1947 (4 vols.)

Bibliografia

BUFFIERE, F. *Les mythes d'Homere et la pensée grecque*. Paris: Belles Lettres, 1956.

CARLIER, P. *La royauté en Grèce avant Alexandre*. Strasbourg: AECR, 1984

LUCE, J.V. *Homero y la edad Homerica*. Barcelona: Ed. Destino, 1984

MURIEL, C.E. *Grecia: sobre los ritos y las fiestas*. Granada: Uv. Granada, 1990

VERNANT, J-P. *L'Homme Grec*. Paris: Seuil, 1993

OZANNE, I. *Les mycéniens: pillards, paysans et poètes*. Paris: Armand Colin, 1990